

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL.....	39
1.1. Direito penal	39
1.2. Conceito de direito penal.....	40
1.2.1. Direito penal objetivo e subjetivo	41
1.2.2. Direito penal comum e especial.....	42
1.2.3. Direito penal substantivo e adjetivo.....	42
1.2.4. Direito penal internacional e direito internacional penal	42
1.2.5. Direito penal do fato e direito penal do autor	43
1.3. Relação do direito penal com outros ramos jurídicos.....	44
1.3.1. Direito constitucional	44
1.3.2. Direito internacional público	45
1.3.2.1. Conceito	45
1.3.2.2. Posição hierárquica dos tratados e das convenções internacionais sobre direitos humanos	45
1.3.2.3. O Estatuto de Roma — Tribunal Penal Internacional.....	45
1.3.2.3.1. Previsão constitucional	45
1.3.2.3.2. Origem	45
1.3.2.3.3. Competência supletiva ou complementar (subsidiariedade)	46
1.3.3. Direito processual penal.....	46
1.3.4. Direito civil	47
1.3.4.1. Breve conceito	47
1.3.4.2. Diferenças entre os direitos civil e penal.....	47
1.3.4.3. Pontos de contato	48
1.3.5. Direito administrativo.....	49
1.3.6. Direito tributário	50
1.3.7. Síntese	50
1.4. Posição enciclopédica do Direito Penal	51
1.4.1. O caráter científico do direito penal	51
1.4.2. A dogmática penal.....	52
1.4.3. A política criminal	52
1.4.4. A criminologia	53
1.4.4.1. O berço da criminologia	53
1.4.4.1.1. Criminologia da Escola Clássica	54
1.4.4.1.2. Criminologia da Escola Positiva.....	55
1.4.4.1.3. Sociologia criminal.....	55
1.4.4.1.4. Criminologia socialista.....	55
1.4.4.1.5. Sociologia criminal norte-americana	56

1.4.4.1.6.	Criminologia crítica ou criminologia nova	56
1.4.4.1.6.1.	<i>Labelling approach</i>	56
1.4.4.1.6.2.	Etnometodologia	57
1.4.4.1.6.3.	Criminologia radical.....	57
1.4.4.2.	Criminologia na atualidade.....	57
1.4.4.2.1.	Criminologia de consenso e de conflito	57
1.5.	Síntese.....	58
1.6.	Movimentos penais.....	60
1.6.1.	Abolicionismo penal	60
1.6.2.	Garantismo penal	60
1.6.3.	Movimento lei e ordem	61
1.6.4.	Síntese reflexiva	61
1.7.	Questões.....	62
2.	BREVE HISTÓRIA DO DIREITO PENAL.....	63
2.1.	A importância da compreensão histórica.....	63
2.2.	A pré-história do direito	63
2.2.1.	O direito penal pré-histórico ou primitivo.....	64
2.2.2.	A pré-história do direito penal brasileiro.....	64
2.3.	O surgimento da escrita e dos primeiros textos jurídicos.....	65
2.4.	A fase da vingança penal.....	66
2.4.1.	A vingança divina	66
2.4.2.	A vingança privada	67
2.4.3.	A vingança limitada (Talião)	67
2.4.4.	A vingança pública.....	68
2.5.	Síntese	68
2.6.	Os sistemas jurídicos da atualidade	68
2.6.1.	O sistema da <i>common law</i>	69
2.6.1.1.	Elementos essenciais do crime na <i>common law</i>	69
2.6.2.	A que sistema jurídico pertencemos?.....	69
2.6.3.	As origens do sistema romano-germânico (<i>civil law</i>).....	70
2.7.	Antiguidade romana	70
2.8.	O direito penal na Idade Média	71
2.9.	O direito penal na Idade Moderna e as Ordenações do Reino de Portugal	72
2.10.	Síntese.....	73
2.11.	História do direito penal positivo brasileiro.....	73
2.11.1.	As Ordenações do Reino de Portugal.....	73
2.11.2.	O Código Criminal do Império (1830).....	75
2.11.3.	O Código Penal de 1890	77
2.11.4.	A Consolidação das Leis Penais (1932).....	78
2.11.5.	O Código Penal de 1940.....	78
2.11.6.	A Reforma de 1984.....	79
2.11.6.1.	Estrutura do Código Penal	79
2.12.	Síntese conclusiva.....	80
2.13.	As recentes reformas do direito penal	80
2.14.	Panorama da legislação penal especial	81
2.15.	Síntese.....	82
2.16.	Questão	83

3. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL	85
3.1. Introdução — do “Estado legalista” ao “Estado Constitucional de Direito”	85
3.2. O declínio do “Estado legalista”	86
3.3. O Estado Constitucional de Direito.....	87
3.3.1. Origem do Estado Constitucional de Direito.....	87
3.3.2. As bases do Estado Constitucional de Direito.....	88
3.4. O neoconstitucionalismo e o direito penal.....	88
3.5. Síntese.....	89
3.6. Questão	90
4. DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL.....	91
4.1. Conceito.....	91
4.2. Premissa (neoconstitucionalismo).....	91
4.3. Visão geral.....	91
4.4. Princípios constitucionais.....	92
4.4.1. Considerações gerais.....	92
4.4.1.1. Princípios enquanto normas jurídicas.....	92
4.4.1.2. Diferenças entre princípios e regras	92
4.4.1.2.1. Quanto à hierarquia	92
4.4.1.2.2. Quanto ao conteúdo	93
4.4.1.2.3. Quanto à estrutura formal.....	93
4.4.1.2.4. Quanto ao modo de aplicação	93
4.4.1.2.5. Quanto à abstração e à vagueza.....	94
4.4.1.2.6. Quanto à densidade normativa	94
4.4.1.2.7. Quanto à plasticidade ou poliformia	95
4.4.1.2.8. Quanto à esfera de incidência.....	97
4.4.1.2.9. Quanto à solução de conflitos.....	97
4.4.1.2.10. Quanto à função.....	97
4.4.1.2.11. Quanto ao impedimento do retrocesso	98
4.4.1.3. Síntese das diferenças entre princípios e regras	99
4.4.2. Princípios constitucionais em espécie.....	99
4.4.2.1. Princípios basilares ou estruturantes e princípios derivados ou decorrentes (hierarquia entre os princípios)	99
4.4.2.2. Princípios basilares ou estruturantes	100
4.4.2.2.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	100
4.4.2.2.1.1. Conceito	100
4.4.2.2.1.2. Jurisprudência.....	101
4.4.2.2.2. Princípio da legalidade	104
4.4.2.2.2.1. Enunciado.....	104
4.4.2.2.2.2. Legalidade penal e legalidade em sentido amplo.....	105
4.4.2.2.2.3. Origem histórica	105
4.4.2.2.2.4. Cláusula pétrea.....	106
4.4.2.2.2.5. Aspecto político.....	106
4.4.2.2.2.6. Aspecto jurídico.....	106
4.4.2.2.2.7. Relativização do princípio da legalidade?	106
4.4.2.2.2.8. Desdobramentos do princípio da legalidade	107
4.4.2.2.2.8.1. <i>Lege praevia</i> ou anterioridade.....	107

4.4.2.2.8.2. <i>Lege scripta</i> ou reserva legal	108
4.4.2.2.8.2.1. Reserva legal e espécies normativas	108
4.4.2.2.8.3. <i>Lege stricta</i> (proibição de analogia)	110
4.4.2.2.8.4. <i>Lege certa</i> , taxatividade ou mandato de certeza	112
4.4.2.2.9. O princípio da legalidade se estende às medidas de segurança? ..	113
4.4.2.2.10. O princípio da legalidade aplica-se à execução penal?	114
4.4.2.2.11. A quem o princípio da legalidade protege?	114
4.4.2.2.12. Quais os fundamentos do princípio da legalidade?	115
4.4.2.2.13. Competência legislativa suplementar	115
4.4.2.2.14. Jurisprudência	116
4.4.2.3. Princípio da culpabilidade	117
4.4.2.3.1. Conceito	117
4.4.2.3.2. Fundamento constitucional	117
4.4.2.3.3. Compreensão do princípio em sua origem	117
4.4.2.3.4. Princípio da responsabilidade penal subjetiva	118
4.4.2.3.5. <i>Versari in re illicita</i>	118
4.4.2.3.6. Culpabilidade no contexto atual	119
4.4.2.3.7. Culpabilidade como medida da pena	119
4.4.2.3.8. As modalidades de erro jurídico-penal	120
4.4.2.3.9. Síntese dos reflexos do princípio da culpabilidade	121
4.4.2.3.10. Jurisprudência	121
4.4.2.4. Síntese	122
4.4.2.3. Princípios derivados ou decorrentes	122
4.4.2.3.1. Princípio da retroatividade benéfica da lei penal	122
4.4.2.3.2. Princípio da insignificância ou da bagatela	123
4.4.2.3.2.1. Conceito	123
4.4.2.3.2.2. Origem	124
4.4.2.3.2.3. Natureza jurídica	124
4.4.2.3.2.4. Vetores da insignificância segundo o Supremo Tribunal Federal	124
4.4.2.3.2.5. Porte de droga para consumo pessoal	126
4.4.2.3.2.6. Descaminho e crimes contra a ordem tributária	127
4.4.2.3.2.7. Roubo	128
4.4.2.3.2.8. Crime contra a Administração Pública	128
4.4.2.3.2.9. Crime praticado por Prefeito Municipal	128
4.4.2.3.2.10. Ato infracional	129
4.4.2.3.2.11. Princípio da bagatela imprópria	129
4.4.2.3.3. Princípio do fato	130
4.4.2.3.4. Princípio da alteridade ou transcendentalidade	130
4.4.2.3.5. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos	131
4.4.2.3.5.1. Conceito e exemplos	131
4.4.2.3.5.2. Bens jurídicos constitucionais	132
4.4.2.3.6. Princípio da ofensividade ou lesividade	132
4.4.2.3.7. Princípio da intervenção mínima	134
4.4.2.3.7.1. O direito penal como <i>ultima ratio</i>	134
4.4.2.3.7.2. Origem	134
4.4.2.3.7.3. Fundamento constitucional	134

4.4.2.3.7.4.	Exemplos de normas atentatórias à intervenção mínima	134
4.4.2.3.7.5.	Subsidiariedade	135
4.4.2.3.7.6.	Fragmentariedade	136
4.4.2.3.8.	Princípio da adequação social	136
4.4.2.3.8.1.	Origem e conceito	136
4.4.2.3.8.2.	Jurisprudência	137
4.4.2.3.9.	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	138
4.4.2.3.9.1.	A vedação do duplo apenamento nos casos de extraterritorialidade da lei penal brasileira	138
4.4.2.3.9.2.	Detração	139
4.4.2.3.9.3.	Dosimetria da pena	140
4.4.2.3.9.4.	Aspecto processual penal	140
4.4.2.3.9.5.	Conflito aparente de normas	140
4.4.2.3.10.	Princípio da humanidade	141
4.4.2.3.11.	Princípio da proporcionalidade	141
4.4.2.3.11.1.	Histórico	141
4.4.2.3.11.2.	Fundamento constitucional	142
4.4.2.3.11.3.	Conteúdo analítico do princípio da proporcionalidade	142
4.4.2.3.11.4.	A proibição do excesso (<i>übermassverbot</i>)	143
4.4.2.3.11.5.	A proibição de proteção deficiente (<i>untermassverbot</i>)	143
4.4.2.3.12.	Princípios ligados à pena	143
4.5.	Os valores constitucionais (carga axiológica)	145
4.5.1.	Valores constitucionais	145
4.5.2.	Bem jurídico-penal — evolução	145
4.5.3.	Funções do bem jurídico	146
4.6.	Mandados constitucionais de criminalização ou penalização	147
4.6.1.	Conceito	147
4.6.2.	Mandados expressos de penalização	147
4.6.3.	Mandados implícitos de criminalização ou penalização	148
4.7.	Os limites ao exercício do direito de punir do Estado	148
4.7.1.	Imunidades parlamentares	148
4.7.1.1.	Imunidade parlamentar federal	149
4.7.1.1.1.	Imunidade material, real ou substantiva (inviolabilidade)	149
4.7.1.1.2.	Imunidade processual, formal ou adjetiva	150
4.7.1.1.2.1.	Competência por prerrogativa de função	150
4.7.1.1.2.2.	Imunidade prisional	151
4.7.1.1.2.3.	Imunidade para o processo	151
4.7.1.1.2.4.	Sigilo de fonte	152
4.7.1.2.	Imunidade parlamentar estadual	152
4.7.1.3.	Imunidade parlamentar municipal	152
4.7.2.	Imunidade presidencial	152
4.7.2.1.	Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos Municipais	153
4.8.	As infrações penais de menor potencial ofensivo	154
4.8.1.	Fundamento constitucional	154
4.8.2.	Conceito de infrações de menor potencial ofensivo	154
4.8.2.1.	Introdução	154
4.8.2.2.	Definição legal	155

4.8.2.2.1. Regra.....	155
4.8.2.2.2. Exceção.....	155
4.8.3. Medidas despenalizadoras	156
4.9. Questões.....	156
5. ESCOLAS PENAIIS.....	161
5.1. Conceito.....	161
5.2. Origem e principais escolas.....	161
5.3. A Escola Clássica, Idealista ou Primeira Escola.....	161
5.3.1. Introdução	161
5.3.2. Denominação.....	162
5.3.3. Período humanitário.....	162
5.3.4. Período científico	162
5.4. A Escola Positiva ou Positivista	163
5.4.1. Introdução	163
5.4.2. Método científico	163
5.4.3. Fundamento da pena	164
5.5. A Terceira Escola.....	164
5.6. As demais escolas e a sua superação	165
5.7. Síntese.....	166
6. DIREITO PENAL DO INIMIGO.....	167
6.1. Introdução.....	167
6.2. Origem	167
6.3. Fase crítica.....	168
6.4. Fase descritiva	168
6.5. Fase legitimadora.....	169
6.6. O inimigo.....	169
6.7. Características	170
6.8. Questionamentos	170
6.9. Pressupostos e limites.....	170
6.10. Harmonização com princípios constitucionais	170
6.11. Direito penal do autor.....	171
6.12. Conclusão.....	171
6.13. Síntese.....	171
7. CONCEITOS FUNDAMENTAIS	173
7.1. Fontes do direito penal	173
7.1.1. Fontes materiais, substanciais ou de produção	173
7.1.2. Fontes formais, de conhecimento ou de cognição	174
7.2. Analogia em direito penal.....	174
7.2.1. Natureza e conceito	174
7.2.2. Analogia <i>in bonam partem</i> e <i>in malam partem</i>	175
7.2.3. Espécies.....	176
7.3. Hermenêutica e interpretação.....	176
7.3.1. Métodos de interpretação	177
7.3.2. Interpretação quanto à origem	178
7.3.3. Interpretação quanto ao resultado.....	178

7.4. Infração penal — classificação bipartida e tripartida	179
7.4.1. Diferenças entre crime e contravenção penal	180
7.4.2. Elementos e circunstâncias do crime	180
7.4.3. Comunicabilidade das elementares e circunstâncias no concurso de agentes	182
7.4.4. Circunstâncias elementares	182
7.5. Sujeitos do crime	182
7.5.1. Sujeito ativo	182
7.5.1.1. Capacidade especial do sujeito ativo (crimes próprios e de mão própria)	183
7.5.1.2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	183
7.5.2. Sujeito passivo	184
7.5.2.1. Prejudicado ou lesado com o crime	185
7.5.2.2. Pode uma pessoa ser, a um só tempo, sujeito ativo e passivo de um mesmo crime?	185
7.6. Objeto do crime	186
7.7. Lei penal e norma penal	186
7.7.1. Espécies de norma penal	186
7.7.2. Lei penal em branco	187
7.7.2.1. Espécies	187
7.7.3. Lei penal incompleta	187
7.8. Resultado do crime	188
7.9. Questões	188

8. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES 191

8.1. Introdução	191
8.2. Critérios de classificação	191
8.2.1. Quanto ao diploma normativo	191
8.2.2. Quanto ao sujeito ativo	191
8.2.2.1. Quanto à pluralidade de sujeitos como requisito típico	191
8.2.2.2. Quanto à qualidade especial do sujeito ativo	192
8.2.2.3. Quanto à possibilidade de coautoria	193
8.2.3. Quanto ao sujeito passivo	193
8.2.4. Quanto ao resultado	193
8.2.5. Quanto ao resultado naturalístico ou material	194
8.2.6. Quanto ao resultado jurídico ou normativo	195
8.2.7. Quanto à conduta	196
8.2.8. Quanto ao momento consumativo	198
8.2.9. Quanto à autonomia	199
8.2.10. Quanto à existência de condições	199
8.2.11. Quanto à objetividade jurídica	200
8.2.12. Quanto ao <i>iter criminis</i>	200
8.2.13. Quanto à conduta típica	201
8.2.13.1. Quanto à possibilidade de fracionamento da conduta típica	201
8.2.13.2. Quanto à natureza do comportamento nuclear	202
8.2.13.3. Quanto à pluralidade de verbos nucleares	203
8.2.14. Quanto ao caráter transnacional	203
8.2.15. Quanto ao elemento subjetivo ou normativo	203

8.2.16.	Quanto à posição topográfica no tipo penal	204
8.2.17.	Crítérios relacionados com o tema do conflito aparente de normas	204
8.2.17.1.	Princípio da especialidade	204
8.2.17.2.	Princípio da subsidiariedade	205
8.2.17.3.	Princípio da consunção ou absorção	205
8.2.18.	Quanto à ação penal	205
8.2.19.	Quanto à conexão	206
8.2.20.	Quanto à condição de funcionário público do sujeito ativo	207
8.2.21.	Quanto à habitualidade	207
8.2.22.	Quanto ao caráter político	208
8.2.23.	Quanto à estrutura do tipo penal	209
8.3.	Outras classificações	209
8.3.1.	Crimes multitudinários	209
8.3.2.	Crimes de opinião	209
8.3.3.	Crimes de imprensa	209
8.3.4.	Crimes de ímpeto	211
8.3.5.	Crimes a distância ou de espaço máximo	211
8.3.6.	Crimes plurilocais	211
8.3.7.	Delitos de tendência	211
8.3.8.	Crimes de impressão	211
8.3.9.	Crimes de simples desobediência	212
8.3.10.	Crimes falimentares ou falitários	212
8.3.11.	Crimes a prazo	212
8.3.12.	Crimes gratuitos	212
8.3.13.	Delitos de circulação ou de trânsito	213
8.3.14.	Delitos transeuntes e não transeuntes	213
8.3.15.	Crimes de atentado ou de empreendimento	213
8.3.16.	Crime em trânsito	214
8.3.17.	Quase crime	214
8.3.18.	Crimes de responsabilidade	214
8.3.19.	Crimes hediondos	214
8.3.20.	Crime putativo ou imaginário	215
8.4.	Síntese	216
8.5.	Questões	220

9. APLICAÇÃO DA LEI PENAL..... 223

9.1.	Lei penal no tempo	223
9.1.1.	Introdução	223
9.1.2.	É possível aplicar lei penal antes de consumada sua vacância?	224
9.2.	Conflito de leis penais no tempo	224
9.2.1.	Introdução	224
9.2.2.	<i>Novatio legis in melius e abolitio criminis</i>	225
9.2.3.	<i>Novatio legis in pejus e novatio legis incriminadora</i>	226
9.2.4.	Dúvida a respeito da lei penal mais benéfica	227
9.2.5.	Combinação de leis penais	227
9.2.6.	Sucessão de leis penais	229
9.2.7.	Medidas de segurança	229

9.2.8.	Competência para aplicação da lei penal benéfica	230
9.2.9.	Crime permanente e crime continuado.....	231
9.3.	Lei excepcional e lei temporária (CP, art. 3º)	231
9.4.	Retroatividade da lei penal e lei penal em branco	232
9.5.	Retroatividade benéfica do entendimento jurisprudencial	233
9.6.	Tempo do crime	234
9.7.	Lei penal no espaço	235
9.7.1.	Territorialidade.....	235
9.7.1.1.	Território nacional.....	236
9.7.2.	Lugar do crime	236
9.7.3.	Foro competente.....	236
9.7.4.	Extraterritorialidade da lei penal brasileira	239
9.7.4.1.	Princípios aplicáveis.....	240
9.7.4.1.1.	Princípio da universalidade, da justiça penal universal ou cosmopolita	240
9.7.4.1.2.	Princípio real, da proteção (ou proteção de interesses) ou da defesa	241
9.7.4.1.3.	Princípio da personalidade ou nacionalidade	241
9.7.4.1.4.	Princípio da representação ou da bandeira	241
9.7.4.2.	Extraterritorialidade incondicionada.....	241
9.7.4.3.	Extraterritorialidade condicionada	242
9.7.4.4.	Extraterritorialidade na lei de tortura.....	243
9.7.4.5.	Extraterritorialidade da lei penal militar.....	243
9.7.5.	Tribunal Penal Internacional ou Corte Penal Internacional.....	244
9.7.6.	A aplicação da lei penal estrangeira a fatos cometidos em território nacional....	244
9.7.7.	Extradicação	245
9.7.7.1.	Conceito	245
9.7.7.2.	Espécies.....	245
9.7.7.3.	Disciplina constitucional.....	245
9.7.7.4.	Requisitos	245
9.7.8.	Expulsão	246
9.8.	Imunidade diplomática.....	246
9.9.	Imunidades consulares	247
9.10.	Embaixadas estrangeiras	248
9.11.	Eficácia da sentença estrangeira.....	248
9.12.	Contagem de prazos penais	249
9.13.	Frações não computáveis na pena	249
9.14.	Princípio da especialidade.....	249
9.15.	Questões.....	250
10.	CONFLITO APARENTE DE NORMAS	255
10.1.	Introdução.....	255
10.2.	Pressupostos.....	255
10.3.	Conflito aparente de normas e pluralidade de fato	256
10.3.1.	Antefato impunível	256
10.3.2.	Pós-fato impunível	256
10.4.	Princípios para solução de conflito aparente de normas.....	257
10.4.1.	Introdução aos princípios para solução de conflito aparente de normas	257

10.4.2.	Princípio da especialidade (<i>lex specialis derogat generalis</i>).....	258
10.4.3.	Princípio da subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>).....	258
10.4.4.	Princípio da consunção ou da absorção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>).....	259
10.4.5.	Princípio da alternatividade.....	261
10.5.	Síntese.....	261
10.6.	Questões.....	262
11.	CONCEITO DO CRIME	265
11.1.	Conceito.....	265
11.2.	Utilidade dos diversos conceitos de crime	265
11.3.	Conceito analítico.....	266
11.4.	Teoria bipartida.....	267
11.5.	Teoria tripartida.....	268
11.6.	Síntese.....	268
12.	SISTEMAS PENAIS.....	271
12.1.	Sistema penal e o conceito analítico de crime	271
12.2.	Panorama dos principais sistemas penais	273
12.3.	Sistema clássico	273
12.3.1.	Origem e base filosófica.....	273
12.3.2.	Principais teorias	274
12.3.3.	A estrutura do crime no sistema clássico	275
12.3.4.	Críticas ao sistema clássico	276
12.4.	Sistema neoclássico	278
12.4.1.	Origem e base filosófica.....	278
12.4.2.	Principais teorias	278
12.4.3.	A estrutura do crime no sistema neoclássico	279
12.4.4.	Críticas ao sistema neoclássico.....	280
12.5.	Sistema finalista	282
12.5.1.	Origem e base filosófica.....	282
12.5.2.	Principais teorias	282
12.5.3.	A estrutura do crime no sistema finalista	283
12.5.4.	Esquema da estrutura do crime no finalismo.....	286
12.5.5.	Críticas ao finalismo.....	286
12.5.6.	O finalismo encontra-se superado?	288
12.6.	Sistema funcionalista.....	288
12.6.1.	Origem e base filosófica.....	288
12.6.2.	Principais teorias	290
12.6.3.	Estrutura do crime no sistema funcionalista.....	291
12.6.4.	Esquema da estrutura do crime no funcionalismo.....	292
12.6.5.	Críticas ao funcionalismo.....	292
12.7.	Questão	293
13.	FATO TÍPICO	295
13.1.	Introdução.....	295
13.2.	Divisão.....	295

13.3. Conduta.....	296
13.3.1. Elementos da conduta.....	296
13.3.2. Diferença entre conduta e ato.....	297
13.3.3. Formas de conduta.....	297
13.3.3.1. Omissão penalmente relevante.....	297
13.3.3.1.1. Teorias da omissão.....	297
13.3.3.1.2. Espécies de crimes omissivos.....	298
13.3.3.2. Crimes de conduta mista.....	299
13.3.3.3. Teorias da ação (resumo).....	299
13.4. Tipicidade.....	300
13.4.1. Conceito.....	300
13.4.2. Adequação típica.....	301
13.4.3. Tipicidade conglobante (Zaffaroni).....	302
13.4.4. Funções do tipo penal.....	302
13.4.5. Tipo objetivo e tipo subjetivo — tipos normais e anormais.....	303
13.4.6. Tipo aberto e tipo fechado.....	303
13.5. Resultado.....	304
13.5.1. Classificação dos crimes quanto ao resultado naturalístico.....	304
13.5.2. Classificação dos crimes quanto ao resultado jurídico.....	304
13.6. Nexo de causalidade ou relação de causalidade.....	305
13.6.1. Introdução.....	305
13.6.2. As teorias sobre a relação de causalidade.....	306
13.6.3. A teoria adotada em nosso Código Penal.....	308
13.6.4. A teoria da equivalência dos antecedentes ou da <i>conditio sine qua non</i> e as causas independentes.....	309
13.7. Imputação objetiva.....	311
13.8. Dolo.....	311
13.8.1. Introdução.....	311
13.8.2. Espécies de dolo.....	312
13.9. Culpa.....	314
13.9.1. Elementos do fato típico do crime culposos.....	314
13.9.2. Dever de cuidado objetivo e previsibilidade do resultado.....	315
13.9.3. O princípio do incremento do risco.....	316
13.9.4. Modalidades de culpa.....	316
13.9.5. Culpa consciente e inconsciente. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	317
13.9.6. Culpa própria e culpa imprópria.....	318
13.9.7. Culpa mediata ou indireta.....	318
13.9.8. Graus de culpa.....	318
13.9.9. Concorrência e compensação de culpas.....	319
13.9.10. Excepcionalidade do crime culposos.....	319
13.10. Preterdolo.....	319
13.11. Síntese.....	320
13.12. Questões.....	321
14. TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....	329
14.1. Introdução.....	329
14.2. O que é a relação de imputação objetiva (<i>objektiven Zurechnung</i>)?.....	329

14.3. Histórico da teoria geral da imputação objetiva	329
14.4. A imputação objetiva segundo Claus Roxin	330
14.4.1. Os níveis de imputação conforme Roxin.....	332
14.4.1.1. Primeiro nível de imputação: produção (ou incremento) de um risco relevante e proibido.....	332
14.4.1.2. Segundo nível de imputação: repercussão do risco no resultado.....	333
14.4.1.3. Terceiro nível de imputação: resultado dentro do alcance do tipo	334
14.5. A imputação objetiva segundo Jakobs	335
14.5.1. Princípios excludentes de imputação segundo Jakobs	337
14.5.1.1. Princípio do risco permitido	337
14.5.1.2. Princípio da confiança.....	338
14.5.1.3. Princípio da proibição do regresso.....	338
14.5.1.4. Princípio da capacidade ou competência da vítima.....	338
14.6. Uma visão possível à luz do ordenamento penal pátrio	338
14.6.1. A imputação objetiva na jurisprudência	341
14.7. Síntese.....	343
14.8. Questão	343
15. ERRO DE TIPO	345
15.1. O erro em direito penal (erro de tipo e erro de proibição)	345
15.2. O erro antes da Reforma de 1984.....	345
15.3. Distinção entre erro de tipo e erro de proibição.....	345
15.4. Erro de tipo — conceito	347
15.4.1. Diferença entre erro de tipo e delito putativo por erro de tipo.....	347
15.4.2. Espécies de erro de tipo.....	349
15.4.2.1. Erro de tipo essencial	349
15.4.2.1.1. Efeito	350
15.4.2.1.2. Diferença entre erro de tipo incriminador (art. 20, <i>caput</i>) e permissivo (art. 20, § 1º).....	351
15.4.2.1.3. Erro de tipo incriminador	352
15.4.2.1.4. Erro de tipo permissivo.....	353
15.4.2.1.4.1. Disciplina legal.....	354
15.4.2.1.4.2. A culpa imprópria (no erro de tipo permissivo).....	354
15.4.2.1.4.3. Controvérsia acerca da natureza do art. 20, § 1º, do CP.....	354
15.4.2.1.4.4. Discriminantes putativas — espécies e natureza jurídica.....	355
15.4.2.2. Erro de tipo accidental	356
15.4.2.2.1. Erro sobre o objeto material	356
15.4.2.2.1.1. Erro sobre a pessoa	356
15.4.2.2.1.2. Erro sobre o objeto ou sobre a coisa	357
15.4.2.2.2. Erro na execução do crime.....	357
15.4.2.2.2.1. <i>Aberratio ictus</i> , desvio na execução ou erro no golpe.....	357
15.4.2.2.2.2. <i>Aberratio criminis</i> , <i>aberratio delicti</i> ou resultado diverso do pretendido	359
15.4.2.2.3. Erro sobre o nexo causal ou <i>aberratio causae</i>	360
15.5. Erro sobre excludentes de culpabilidade	361
15.5.1. Coação moral irresistível putativa e obediência hierárquica putativa.....	361
15.5.2. Erro sobre a inimputabilidade	362

15.6. Síntese.....	362
15.7. Questões.....	363
16. ITER CRIMINIS	367
16.1. Conceito.....	367
16.2. Fases do <i>iter criminis</i>	367
16.2.1. Fase interna (cogitação)	367
16.2.2. Fase externa (preparação, execução e consumação)	367
16.2.2.1. Preparação	367
16.2.2.2. Execução.....	369
16.2.2.3. Consumação	369
16.2.3. Exaurimento.....	370
16.3. Crime tentado (CP, art. 14).....	371
16.3.1. Introdução	371
16.3.2. Natureza jurídica.....	371
16.3.3. Punibilidade da tentativa	371
16.3.4. Teoria adotada.....	372
16.3.5. Espécies de tentativa.....	372
16.3.6. Dolo na tentativa e sua compatibilidade com o <i>dolus eventualis</i>	372
16.3.7. Infrações que não admitem a tentativa.....	373
16.4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz (CP, art. 15).....	375
16.4.1. Requisitos.....	375
16.4.2. Natureza jurídica.....	376
16.4.3. Efeito.....	376
16.4.4. Obstáculo erroneamente suposto.....	376
16.5. Arrependimento posterior (CP, art. 16).....	377
16.6. Crime impossível (CP, art. 17).....	378
16.6.1. Requisitos.....	378
16.6.2. Improriedade ou ineficácia relativas	379
16.6.3. Natureza jurídica.....	379
16.6.4. Teorias.....	379
16.6.5. Crime impossível por obra do agente provocador	379
16.7. Síntese.....	380
16.8. Questões.....	381
17. ANTIJURIDICIDADE	387
17.1. Introdução.....	387
17.1.1. Conceito	387
17.1.2. Classificação.....	387
17.1.3. Relação com a tipicidade	387
17.2. Excludentes de ilicitude.....	387
17.2.1. A ilicitude diante da teoria da imputação objetiva.....	388
17.2.2. Excesso	389
17.2.3. O excesso e o Tribunal do Júri	390
17.3. Estado de necessidade	390
17.3.1. Teorias.....	391
17.3.2. Faculdade ou direito	391

17.3.3.	Requisitos.....	392
17.3.3.1.	Requisitos vinculados à situação de necessidade.....	392
17.3.3.1.1.	Perigo atual.....	392
17.3.3.1.2.	Ameaça a direito próprio ou alheio	392
17.3.3.1.3.	Conhecimento da situação justificante	393
17.3.3.1.4.	Perigo não provocado voluntariamente pelo sujeito	393
17.3.3.2.	Requisitos ligados à reação do agente.....	393
17.3.3.2.1.	Inexigibilidade do sacrifício do bem ameaçado (princípio da ponderação de bens).....	393
17.3.3.2.2.	Inevitabilidade da lesão ao bem jurídico em face do perigo	394
17.3.3.2.3.	Inexistência de dever legal de arrostar o perigo (art. 24, § 1º) ..	394
17.3.4.	Classificação.....	394
17.4.	Legítima defesa.....	395
17.4.1.	Requisitos.....	396
17.4.1.1.	Agressão	396
17.4.1.2.	Atualidade ou iminência	396
17.4.1.3.	Injustiça da agressão.....	397
17.4.1.4.	O direito defendido.....	398
17.4.1.5.	Elemento subjetivo — conhecimento da situação justificante	398
17.4.1.6.	Meios necessários.....	399
17.4.1.7.	Moderação	399
17.4.2.	<i>Commodus discessus</i>	400
17.4.3.	Excesso	400
17.4.4.	Classificação.....	401
17.4.5.	Ofendículos	401
17.4.6.	Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade	402
17.4.7.	“Legítima defesa da honra”	402
17.5.	Exercício regular de direito e estrito cumprimento de dever legal	402
17.5.1.	Introdução	402
17.5.2.	Exercício regular de um direito	403
17.5.2.1.	Imputação objetiva	404
17.5.3.	Estrito cumprimento do dever legal	404
17.6.	Síntese.....	405
17.7.	Questões.....	407

18. CULPABILIDADE..... 411

18.1.	Introdução.....	411
18.2.	Evolução do conceito de culpabilidade	411
18.2.1.	Princípio da coincidência	413
18.3.	Elementos da culpabilidade.....	413
18.3.1.	Imputabilidade.....	413
18.3.1.1.	Causas legais de exclusão da imputabilidade.....	414
18.3.1.2.	Sistemas ou critérios de aferição da inimputabilidade	414
18.3.1.3.	Causas legais de inimputabilidade	416
18.3.1.3.1.	Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (CP, art. 26)	416

18.3.1.3.2.	Embriaguez completa e involuntária, decorrente de caso fortuito ou força maior (CP, art. 28, § 1º).....	418
18.3.1.3.2.1.	Introdução	418
18.3.1.3.2.2.	Níveis de embriaguez	419
18.3.1.3.2.3.	Origem da embriaguez (voluntária <i>versus</i> involuntária)....	419
18.3.1.3.2.4.	Embriaguez patológica.....	420
18.3.1.3.3.	Dependência ou intoxicação involuntária decorrente do consumo de drogas ilícitas (Lei n. 11.343/2006, art. 45, <i>caput</i>).....	420
18.3.1.3.4.	Menoridade (CP, art. 27, e CF, art. 228)	421
18.3.1.3.5.	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	422
18.3.2.	Potencial consciência da ilicitude.....	424
18.3.2.1.	Introdução.....	424
18.3.2.2.	O dolo e a consciência da ilicitude.....	424
18.3.2.3.	Exclusão da culpabilidade	425
18.3.2.4.	Erro de proibição evitável e inevitável	426
18.3.2.5.	Erro de proibição direto e indireto.....	426
18.3.2.6.	Erro mandamental.....	427
18.3.2.7.	Demais modalidades de erro de proibição.....	427
18.3.3.	Exigibilidade de outra conduta.....	428
18.3.3.1.	Introdução.....	428
18.3.3.2.	Causas legais de exclusão da exigibilidade de outra conduta.....	429
18.3.3.2.1.	Coação moral irresistível	429
18.3.3.2.2.	Obediência hierárquica	430
18.3.3.3.	Causas supral legais de exclusão da culpabilidade	431
18.4.	Emoção e paixão.....	431
18.5.	Síntese.....	432
18.6.	Questões.....	433
19.	CONCURSO DE PESSOAS.....	437
19.1.	Conceito	437
19.2.	Classificação dos crimes e o concurso de pessoas.....	437
19.3.	Teorias quanto ao conceito de autor	438
19.4.	Modalidades de concurso de agentes	440
19.4.1.	Coautoria.....	440
19.4.2.	Participação	441
19.4.2.1.	Espécies de participação	442
19.4.2.2.	Natureza jurídica da participação	442
19.4.2.3.	Não identificação do autor e possibilidade de punição do partícipe....	443
19.4.2.4.	Participação posterior ao crime	443
19.4.2.5.	Participação inócua	443
19.4.2.6.	Participação por omissão	444
19.4.2.7.	Conivência	444
19.4.2.8.	Possibilidade de coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios	445
19.4.2.9.	Coautoria e participação em crime culposos.....	446
19.4.2.10.	Participação dolosa em crime culposos e vice-versa.....	446
19.4.2.11.	Hipóteses em que a lei transforma a participação em autoria	447

19.4.2.12. Participação da participação ou em cadeia	447
19.4.2.13. Participação sucessiva	447
19.5. Autoria mediata	448
19.6. Teorias quanto ao concurso de crimes	449
19.7. Requisitos para a existência de concurso de crimes	452
19.7.1. Pluralidade de condutas	452
19.7.2. Relevância causal das condutas	452
19.7.3. Liame subjetivo	452
19.7.4. Identidade de crimes para todos os envolvidos	453
19.8. Autoria colateral	453
19.9. Autoria incerta	454
19.10. Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias	454
19.11. Participação impunível	456
19.12. Delação premiada	457
19.13. Questões	457
20. DAS PENAS	461
20.1. Conceito	461
20.2. Finalidades da pena	463
20.3. Fundamentos da pena	463
20.4. Princípios relacionados às penas	464
20.5. Penas principais	466
21. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	467
21.1. Reclusão e detenção	467
21.2. Prisão simples	468
21.3. Histórico dos sistemas de cumprimento da pena privativa de liberdade	468
21.4. Regime inicial de cumprimento de pena	469
21.4.1. Crimes apenados com reclusão	469
21.4.2. Crimes apenados com detenção	471
21.4.3. Crimes hediondos e equiparados	472
21.5. Cumprimento das penas privativas de liberdade	473
21.5.1. Cumprimento da pena em regime fechado	474
21.5.1.1. Regime disciplinar diferenciado	475
21.5.2. Cumprimento da pena em regime semiaberto	477
21.5.3. Cumprimento da pena em regime aberto	479
21.5.4. Progressão de regime	480
21.5.4.1. Progressão do regime fechado para o semiaberto	481
21.5.4.2. Progressão do regime semiaberto para o aberto	484
21.5.4.3. Progressão de pena para crimes hediondos e equiparados	484
21.6. Quadro dos requisitos para a progressão de regime	486
21.7. Progressão de regime e execução provisória	487
21.8. Regressão de regime	488
21.9. Direitos do preso	489
21.10. Detração da pena	492
21.11. Remição	495
21.12. Questões	498

22. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	503
22.1. Conceito	503
22.2. Espécies	503
22.3. Características	503
22.4. Requisitos para a concessão da pena restritiva de direitos	504
22.5. Regras para a substituição	508
22.6. Duração das penas restritivas	509
22.7. Conversão em pena privativa de liberdade	509
22.8. Penas restritivas de direito em espécie	511
22.8.1. Prestação pecuniária	511
22.8.2. Perda de bens ou valores	512
22.8.3. Prestação de serviços à comunidade	513
22.8.4. Interdição temporária de direitos	514
22.8.4.1. Interdições específicas	514
22.8.4.2. Interdição genérica	515
22.8.5. Limitação de fim de semana	515
22.9. Quadro com as principais regras das penas restritivas de direitos	516
22.10. Questões	517
23. PENA DE MULTA	519
23.1. Conceito	519
23.2. Espécies de multa	519
23.3. Cálculo do valor da multa	521
23.4. Cumulação de multas	522
23.5. Atualização do valor da multa	523
23.6. Pagamento da multa	523
23.7. Execução da pena de multa	523
23.8. Prazo prescricional, interrupção e suspensão da prescrição	525
23.9. Pena de multa e concurso de crimes	526
23.10. Detração e pena de multa	526
23.11. Quadro com as principais regras referentes à pena de multa	527
23.12. Questões	527
24. DA APLICAÇÃO DA PENA	529
24.1. Introdução	529
24.2. Sistemas de individualização da pena	529
24.3. Procedimento na fixação da pena	530
24.4. Fixação ou dosimetria da pena	530
24.5. Vedação do <i>bis in idem</i>	531
24.6. Primeira fase da fixação da pena	532
24.7. Segunda fase da fixação da pena	538
24.7.1. Agravantes genéricas	539
24.7.2. Agravantes genéricas no caso de concurso de agentes	551
24.7.3. Atenuantes genéricas	553
24.7.3.1. Atenuantes genéricas em espécie	553
24.7.3.2. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas	558
24.7.4. Terceira fase da fixação da pena	559

24.8.	Quadro com resumo das fases de dosimetria da pena	563
24.9.	Questões	563
25.	CONCURSO DE CRIMES	567
25.1.	Conceito	567
25.2.	Espécies	568
25.3.	Concurso material	568
25.3.1.	Espécies	568
25.3.2.	A soma das penas	569
25.3.3.	Concurso material e penas restritivas de direitos	569
25.3.4.	A soma das penas prevista em dispositivos da Parte Especial do Código Penal	570
25.4.	Concurso formal	570
25.4.1.	Concurso material benéfico no concurso formal heterogêneo	571
25.4.2.	Critério para a exasperação da pena	571
25.4.3.	Concurso formal perfeito e imperfeito	572
25.4.4.	<i>Aberratio ictus</i> com duplo resultado	573
25.4.5.	<i>Aberratio criminis</i> com duplo resultado	573
25.5.	Crime continuado	573
25.5.1.	Aplicação da pena	574
25.5.2.	Natureza jurídica	575
25.5.3.	Requisitos	575
25.5.4.	Crime continuado qualificado ou específico	578
25.5.5.	Denominações do crime continuado	579
25.5.6.	Superveniência de lei nova mais gravosa no interregno entre as condutas que compõem o crime continuado	579
25.5.7.	Unificação das penas	579
25.5.8.	Prescrição dos crimes cometidos em continuação ou em concurso formal	580
25.6.	Concurso de crimes e suspensão condicional do processo	580
25.7.	Diferença entre pluralidade de ações e pluralidade de atos e sua importância na configuração de crime único, concurso formal ou crime continuado	581
25.8.	Concurso de crimes e pena de multa	585
25.9.	Limite das penas privativas de liberdade nos crimes	585
25.10.	Concurso entre crimes e contravenções	586
25.11.	Questões	586
26.	DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	591
26.1.	Conceito	591
26.2.	Natureza jurídica	591
26.3.	Sistemas	591
26.4.	Oportunidade para a concessão	592
26.5.	Espécies	592
26.5.1.	<i>Sursis</i> simples	592
26.5.1.1.	Requisitos do <i>sursis</i> simples	592
26.5.1.1.1.	Requisitos objetivos	592
26.5.1.1.2.	Requisitos subjetivos	593

26.5.1.2.	<i>Sursis</i> e crimes hediondos, tortura e terrorismo	595
26.5.1.3.	<i>Sursis</i> e tráfico ilícito de entorpecentes	596
26.5.1.4.	Condições	596
26.5.1.5.	Omissão na fixação das condições pelo juiz ou tribunal	597
26.5.2.	<i>Sursis</i> especial	598
26.5.3.	<i>Sursis</i> etário e <i>sursis</i> humanitário	598
26.6.	Execução do <i>sursis</i>	599
26.7.	Período de prova	599
26.8.	Revogação do <i>sursis</i>	600
26.8.1.	Revogação obrigatória	600
26.8.2.	Revogação facultativa	601
26.8.3.	Relevância da distinção entre cassação e revogação do <i>sursis</i>	602
26.9.	Prorrogação do período de prova	602
26.10.	<i>Sursis</i> simultâneos	603
26.11.	<i>Sursis</i> e detração penal	604
26.12.	<i>Sursis</i> e Lei das Contravenções Penais	604
26.13.	<i>Sursis</i> e lei ambiental	604
26.14.	Distinção entre a suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>) e a suspensão condicional do processo (<i>sursis</i> processual)	604
26.15.	Questões	605
27.	DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	607
27.1.	Conceito	607
27.2.	Natureza jurídica	607
27.3.	Requisitos	607
27.3.1.	Requisitos objetivos	607
27.3.2.	Requisitos subjetivos	610
27.4.	Exame criminológico	611
27.5.	Procedimento para a obtenção do livramento	611
27.6.	Especificação das condições do livramento condicional	612
27.6.1.	Condições obrigatórias	613
27.6.2.	Condições facultativas	613
27.7.	A Cerimônia de concessão e o acompanhamento do período de prova	613
27.7.1.	O estudo durante o período de prova	614
27.8.	Revogação do livramento	614
27.8.1.	Causas obrigatórias de revogação	615
27.8.2.	Causas de revogação facultativa	615
27.9.	Não implantação do livramento	616
27.10.	Suspensão do livramento condicional	616
27.11.	Prorrogação do período de prova	616
27.12.	Extinção da pena	617
27.13.	Livramento condicional e execução provisória da pena	617
27.14.	Distinções entre livramento condicional e <i>sursis</i>	618
27.15.	Livramento condicional humanitário	618
27.16.	Livramento condicional a condenado estrangeiro	619
27.17.	Questões	620

28. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	623
28.1. Efeito principal	623
28.2. Efeitos secundários	624
28.2.1. Efeitos secundários de natureza penal	624
28.2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal	624
28.2.2.1. Efeitos extrapenais genéricos	624
28.2.2.2. Efeitos extrapenais específicos	628
28.2.2.3. Efeitos extrapenais de natureza híbrida	632
28.3. Questões	633
29. REABILITAÇÃO CRIMINAL	635
29.1. Sigilo dos registros	635
29.2. Recuperação dos direitos atingidos como efeito extrapenal específico da condenação	636
29.3. Pressupostos	637
29.4. Competência, procedimento e recursos	640
29.5. Condenado que ostenta diversas condenações	641
29.6. Revogação da reabilitação	641
29.7. Questões	642
30. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	643
30.1. Conceito	643
30.2. Distinções entre as penas e as medidas de segurança	643
30.3. Sistemas de aplicação das medidas de segurança	643
30.4. Pressupostos e aplicação da medida de segurança	644
30.5. Espécies de medida de segurança	644
30.6. Duração da medida de segurança	645
30.7. Execução das medidas de segurança	646
30.8. Internação provisória ou preventiva	648
30.9. Detração penal e medida de segurança	648
30.10. Prescrição das medidas de segurança	649
30.11. Superveniência de doença mental	650
30.12. Inimputabilidade por dependência de substância entorpecente	651
30.13. Semi-imputabilidade em razão de dependência de substância entorpecente	651
30.14. Questões	651
31. DA AÇÃO PENAL	653
31.1. Conceito	653
31.2. Classificação	653
31.3. Condições gerais da ação	655
31.4. Ação penal pública	656
31.4.1. Princípios específicos da ação pública	656
31.4.2. Espécies de ação pública	657
31.4.2.1. Ação pública incondicionada	657
31.4.2.2. Ação pública condicionada à representação	657
31.4.2.2.1. Aspectos formais da representação	658
31.4.2.2.2. Titularidade do direito de representação	659

31.4.2.2.3.	Prazo para a representação.....	659
31.4.2.2.4.	Retratação.....	660
31.4.2.3.	Ação pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	660
31.4.2.3.1.	Prazo.....	660
31.4.2.3.2.	Retratação.....	661
31.5.	Ação penal privada.....	661
31.5.1.	Princípios específicos da ação privada.....	661
31.5.2.	Espécies de ação privada	662
31.5.2.1.	Ação privada exclusiva.....	663
31.5.2.1.1.	Aspectos formais da queixa	663
31.5.2.1.2.	Titularidade do direito de queixa.....	664
31.5.2.2.	Ação privada personalíssima	664
31.5.2.3.	Ação privada subsidiária da pública	665
31.6.	Especificação da modalidade de ação penal em dispositivo diverso daquele que define a infração penal	666
31.7.	Legitimidade concorrente.....	671
31.8.	Lesão corporal de natureza leve qualificada pela violência doméstica	672
31.9.	Questões.....	674
32.	DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	677
32.1.	Classificação.....	678
32.2.	Efeitos da extinção da punibilidade	680
32.3.	Causas extintivas da punibilidade em espécie	680
32.3.1.	Morte do agente (art. 107, I, do CP)	680
32.3.2.	Anistia, graça e indulto (art. 107, II, do CP)	681
32.3.2.1.	Anistia	682
32.3.2.1.1.	Espécies de anistia	683
32.3.2.2.	Graça e indulto	684
32.3.2.2.1.	Efeitos.....	685
32.3.2.2.2.	Procedimento para a graça.....	685
32.3.2.2.3.	Procedimento para o indulto.....	686
32.3.3.	<i>Abolito criminis</i> (art. 107, III, do CP)	686
32.3.3.1.	<i>Abolito criminis</i> e norma penal em branco.....	687
32.3.4.	Prescrição (art. 107, IV, 1ª parte).....	688
32.3.4.1.	Natureza jurídica	688
32.3.4.2.	Fundamentos para a existência	689
32.3.4.3.	A prescritibilidade como regra constitucional	689
32.3.4.4.	Espécies de prescrição.....	691
32.3.4.4.1.	Prescrição da pretensão punitiva	691
32.3.4.4.1.1.	Prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato	691
32.3.4.4.1.1.1.	Fatores que influenciam e que não influenciam no montante do prazo prescricional	692
32.3.4.4.1.1.2.	Contagem do prazo prescricional	694
32.3.4.4.1.1.3.	Termos iniciais do prazo da prescrição da pretensão punitiva.....	694
32.3.4.4.1.1.4.	Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	695

32.3.4.4.1.1.5. Alcance dos efeitos interruptivos nos casos de continência (art. 117, § 1º, 1ª parte, do CP)	699
32.3.4.4.1.1.6. Alcance dos efeitos interruptivos nos casos de conexão de crimes apurados nos mesmos autos (art. 117, § 1º, 2ª parte)	699
32.3.4.4.1.1.7. Causas suspensivas da prescrição da pretensão punitiva	700
32.3.4.4.1.2. Prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto (retroativa e intercorrente)	702
32.3.4.4.1.2.1. Vedação da prescrição retroativa anterior ao oferecimento da denúncia ou queixa	703
32.3.4.4.1.2.2. Subsistência e alcance da prescrição retroativa após as modificações da Lei n. 12.234/2010	704
32.3.4.4.1.2.3. Prescrição antecipada, virtual ou pela pena em perspectiva	705
32.3.4.4.2. Prescrição da pretensão executória	706
32.3.4.4.2.1. Termos iniciais do prazo da prescrição da pretensão executória	707
32.3.4.4.2.2. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	708
32.3.4.4.2.3. Impossibilidade de extensão dos efeitos das causas interruptivas aos comparsas	709
32.3.4.4.2.4. Concurso de crimes	709
32.3.4.4.2.5. Causa suspensiva da prescrição da pretensão executória	710
32.3.4.4.3. Prescrição em crimes previstos em leis especiais	710
32.3.4.4.4. Prescrição da pena de multa	712
32.3.4.4.5. Prescrição da pena restritiva de direitos	712
32.3.4.4.6. Prescrição das medidas de segurança	713
32.3.5. Decadência (art. 107, IV, 2ª figura)	714
32.3.6. Perempção (art. 107, IV, 3ª figura)	716
32.3.7. Renúncia (art. 107, V, 1ª figura, do CP)	718
32.3.8. Perdão do ofendido (art. 107, V, 2ª figura, do CP)	719
32.3.8.1. Quadros comparativos das causas extintivas da punibilidade exclusivas da ação privada	721
32.3.9. Retratação do agente (art. 107, VI, do Código Penal)	721
32.3.10. Casamento da vítima com o agente nos crimes sexuais (art. 107, VII, do CP)	721
32.3.11. Casamento da vítima com terceiro nos crimes sexuais (art. 107, VIII, do CP)	722
32.3.12. Perdão judicial (art. 107, IX, do CP)	722
32.3.12.1. Hipóteses de perdão judicial na legislação e seus requisitos	723
32.3.12.2. Natureza jurídica da sentença concessiva do perdão	724
32.4. Autonomia das causas extintivas da punibilidade	725
32.5. Causas extintivas da punibilidade e escusas absolutórias	727
32.6. Condições objetivas de punibilidade	727
32.7. Quadro das causas extintivas da punibilidade	728
32.8. Questões	729